

EDUCAÇÃO POPULAR E ENSINO SUPERIOR: A EAD COMO POSSIBILIDADE DE EMANCIPAÇÃO DOS PROFESSORES DO CAMPO

Ilder Layanna Arruda de Sousa Galdino¹

Luiz Raimundo Souza Araújo²

Tereza Cristina Araújo de Oliveira³

RESUMO

O presente texto discute a expansão da educação superior através da educação a distância – EAD, agregando um número expressivo de professores do campo que buscam a formação superior através dessa modalidade de ensino, para completar sua formação, o que merece um amplo investimento em pesquisa. Refletimos acerca da importância da educação superior pela EAD, como possibilidade de emancipação dos professores do campo. Portanto, iremos tratar dos seguintes pontos: o primeiro é de pensar a EAD, como conquista da formação superior dos professores da educação básica do campo. Um segundo aspecto, é a reflexão dessa formação e o terceiro é na mobilização da conquista de saberes para a possibilidade da emancipação.

Palavras-chave: EAD. Formação de professores. Campo. Emancipação.

INTRODUÇÃO

A modalidade de ensino a distância - EAD vem avançando cada vez mais no cenário brasileiro, já completou 15 anos de inclusão formal no nosso sistema educacional, aflorando grandes discussões no debate sobre a educação, seu papel para os novos tempos e desempenhando um espaço privilegiado nas políticas públicas.

A EAD é caracterizada por um público estudantil adulto e tem representado para certos segmentos sociais, uma forma de acesso ao ensino superior, em especial para os sujeitos que enfrentam problemas para completar sua formação escolar, originada dos limites de espaço e tempo ou por profissionais que buscam oportunidade de educação continuada. Acreditamos que existe uma necessidade de estudo sobre o impacto da formação dos educadores do campo pela EAD, assim como de compreender a educação superior por esta modalidade de ensino, possibilitando aos professores

¹ Universidade Federal da Paraíba. E-mail: laygaldino@hotmail.com

² CENPI/FITEC-PB E-mail: luiz_231207@hotmail.com

³ Universidade Federal da Paraíba. E-mail: tcris68@gmail.com

engajados na EAD, um espaço privilegiado para a ascensão profissional, pessoal, constituindo-se em processo emancipatório. Considerando essas questões, a partir de uma perspectiva crítica, faz-se necessário um estudo mais aprofundado em torno do assunto.

As discussões sobre a escola do campo revelam que no contexto de contradição, desencontros políticos e administrativos, o professor é o elo que permanece em meio às circunstâncias adversas. Muitas vezes, sua presença solitária e isolada, revela a persistência e a tenacidade que caracteriza sua trajetória de sobrevivência em meio à precariedade, desenvolvendo junto aos seus alunos um percurso de relações de saber e de reconhecimento mútuo.

Em meio às privações e dificuldades, muitos professores do campo demonstram grande coragem no enfrentamento de problemas, expressando o desejo de superação, diante da complexidade das condições que historicamente tem sido oferecida pelo poder público ao desenvolvimento da prática docente, e uma das formas que pontuamos é a busca da formação superior. Nesse contexto de globalização, que permite certa abertura, principalmente pelo desenvolvimento tecnológico, a EAD surge como estratégia da expansão da educação superior, como possibilidade de formação e ascensão profissional para estes sujeitos.

Neste sentido, seria limitado tentar falar sobre Educação Popular -EP e formação de professores sem considerar a EAD como nova modalidade educacional do ensino superior. O novo cenário caracterizado pela globalização solicita uma nova leitura de sentido e método que caracterizava a EP. Percebemos que a EAD é um novo dilema, que precisa ser enfrentado pela educação, e em particular pela EP. A Educação Popular, nos dias atuais, deve ser pensada diferentemente de quando ela emergiu, que foi em tempo caracterizado por perseguições e atropelos aos direitos fundamentais. O tempo presente tem registrado o desaparecimento e a diminuição dos movimentos sociais clássicos, e novas formas de organização social surgem centradas no indivíduo e na demanda de necessidade e direitos específicos. Diante desta realidade, Santos (2011, p.78) nos ajuda a perceber que a educação tem um papel imperativo na modernização neoliberal e a EP na perspectiva de recuperar o poder da educação como um instrumento de transformação. Segundo o autor, “Pensar a educação, pautada em uma concepção freireana, significa a compreensão da Educação como um processo de

evolução, transformação e mudança interna para a formação de humanos autônomos, inteiros, inconclusos e fazedores de suas próprias histórias”.

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPONA CONQUISTA DA FORMAÇÃO SUPERIOR

Em nosso país, ingressar no ensino superior ainda é privilégio de poucos. Na dinâmica em que foi desenvolvido o processo educacional no Brasil, evidencia-se uma tendência pensada nas possibilidades emancipadoras para determinados segmentos sociais. Traçando a linha do tempo em termos educacionais, Saviani (2008, p. 56) nos conduz a perceber que a educação nunca foi pensada como direito e para todos, que desde o período da colônia a educação foi direcionada para a elite.

Muito embora não possamos omitir todo o esforço das lutas internacionais, a exemplo da Unesco⁴, para garantia do direito de educação para todos, notamos que a escola pública, na nossa sociedade, e a cultura política mantém uma tradição distante de ideais humanizadores. A escola brasileira tem um trajeto institucional e histórico marcado pela reprodução dos valores da classe dominante, que acontece sob a orientação religiosa, nas atribuições desenvolvidas pelo estado, como também nas práticas que tendem a homogeneizar as pessoas sem considerar a singularidade características dos grupos sociais.

Dados do PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2011, referente à qualificação de mão-de-obra, revelam que só 46,3% dos brasileiros tem instrução entre 11 a 14 anos de estudo, apesar desse número ter crescido nos últimos anos. A meta, em média, para os países globalizados com possibilidade de competição é de 11 anos de escolaridade. A nossa média nacional é de apenas 7,2 anos de estudo e, mesmo entre os jovens de 20 a 24 anos, ela alcança apenas 9,6 anos, dados do PENAD de 2009. De acordo com os dados do Censo da Educação Superior de 2009, publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira – INEP, 16,8% dos

⁴ Ver *Conferência Mundial sobre Educação para Todos* (1990), disponível no site <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>.

professores da rede pública não tem formação adequada para exercer a profissão, encontrando-se em situação irregular pela LDB.

A formação de professores pela EAD fica limitada a um universo de professores que já exercem a docência na educação básica, sem possuírem a formação profissional exigida para o exercício do magistério e que se encontram em localidades onde não existam cursos presenciais. Quando as instituições de ensino pesquisam sobre o perfil do aluno da EAD, o sexo predominante é o feminino, indicado por 57% delas como maioria. A idade do aluno é mais avançada do que na educação presencial, predominando a idade de mais de 30 anos, que representa 72% de matrículas. A EAD atende um público de baixa renda, e os que mais se fazem presentes são os que apresentam renda abaixo de três salários mínimos⁵.

É imperativa a luta para uma formação de qualidade dos professores da educação básica e acreditamos que a prática da formação pela EAD, verdadeiramente democrática, precisa ser construída no seio da universidade pública, tendo em vista que é nesse espaço que se encontram a maior parte das pesquisas nesse campo, experiências satisfatórias de formação de professores mais comprometida, politicamente, com um significativo universo de futuros professores que hoje, motivados pelas atuais políticas educacionais, encontram-se em processo de formação por meio desta modalidade educativa.

FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DO CAMPO PELA EAD

É a partir dos indicadores do IDEB, que o MEC tem investigado e traçado o plano de ação educacional para os estados e municípios. São vários estudos nesse sentido de análise desses indicadores. A ênfase na formação de professores da educação básica se configura peça chave para melhoria da qualidade da educação. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) o qual indica que “[...] a melhoria da qualidade da educação básica depende da formação de seus professores [...]” (HADDAD, 2008, p. 8). A política educacional desenvolvida pelos governos nos últimos anos tem elegido a EAD, através da Universidade Aberta do Brasil⁶ (UAB), como a principal estratégia

⁵Dados do Censo da Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED, em 2009.

⁶O Projeto Universidade Aberta do Brasil – UAB – foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005. Atualmente é gerenciada pela CAPES (Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Ensino Superior).

política para a formação de professores e a expansão do ensino superior. A EAD se fortaleceu e se consolidou como estratégia de formação de professores, através do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) – Decreto 6.094, de 24 de abril de 2007 -, conhecido como o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) da Educação. O PDE é um conjunto de 39 projetos ou ações específicas, conforme o site do MEC. Dentre essas ações, destacamos a ampliação da formação de professores através da EAD, pela Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Em 2005, temos o ponto alto de expansão da EAD nas universidades públicas em nosso país que, embora a institucionalização da UAB tenha contribuído, significativamente, para a expansão da oferta de cursos de licenciatura em diferentes regiões brasileiras, ao mesmo tempo em que vem se mostrando uma estratégia política capaz de vencer as barreiras geográficas e acelerar o processo de formação em todo o país, os dados apresentados pelo INEP mostram-nos que a formação de professores para a educação básica ainda é muito preocupante.

O último Censo de 2012 continua apresentando necessidade de intervenção para a formação de professores, principalmente para as regiões mais desprovidas economicamente. Os dados do INEP mostram que existe uma diferença expressiva entre as regiões, quanto o número de professores sem formação superior. As regiões norte e nordeste são as que mais se destacam na disparidade entre o número oficial de professores e os que tem formação superior. Já o Censo da Educação 2011, publicado pelo INEP, sobre o ingresso nos cursos de licenciatura da educação presencial e a distância das instituições públicas e privadas, mostram que as matrículas concentram-se em sua maioria, nas regiões sudeste (167.627) e sul (72.46). Essas regiões superam as regiões norte, centro-oeste e nordeste, que juntas ficam com (168.906) dos alunos matriculados. Esses dados asseveram para a gravidade das desigualdades dos contextos socioeconômicos existente do descompasso entre as regiões brasileiras, que influenciam nos resultados negativos.

A educação em áreas rurais no Brasil vem, no decorrer dos anos, passando por muitas transformações. Desse modo, conhecer as implicações do refluxo de novas

O sistema é uma parceria entre consórcios públicos nos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal), a participação das universidades públicas e demais organizações interessadas. Trata-se da oferta de ensino superior a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.

aprendizagens na prática do professor da escola rural é tarefa imprescindível aos elaboradores das políticas públicas educacionais. De acordo com ARROYO, CALDART e MOLINA (2004), quanto mais se afirma a especificidade do campo, mais se afirma a especificidade da educação e da escola do campo, afirmando-se também a necessidade de equacionar a função social da educação e da escola em um projeto de inserção do campo no conjunto da sociedade.

Na construção da docência do campo qualificada, a EAD tem muitos desafios a enfrentar na perspectiva de se consolidar como política pública, a serviço da democratização e interiorização da educação superior em nosso país, com qualidade socialmente referenciada, suas potencialidades são inegáveis para o campo da formação de professores.

PROFESSORES DO CAMPO MOBILIZANDO SABERES PARA A CONQUISTA DA EMANCIPAÇÃO

O nosso olhar, nesse estudo, está voltado para as reflexões da importância da educação superior, pela modalidade em EAD, como possibilidade de emancipação dos professores do campo. Temos o conhecimento que a nova tecnologia é uma grande aliada do saber, no entanto, a nossa inquietação é a de que a formação recebida seja dialogada num processo dialético na relação com o mundo presente, com a perspectiva de pensar criticamente.

Precisamos pensar como a educação pode fazer para criar um espaço educativo, capaz de abranger todas as dimensões do ser humano. O sistema educacional brasileiro é configurado por um quadro carregado de problemas educativos não resolvidos. Nesse sentido, novas demandas são exigidas da EP, com o foco na superação das desigualdades como resultado da falta de acesso à escolarização, a oferta cultural, a informação científico-tecnológico, entre outras. Assim sendo, é preciso refletir a dimensão da totalidade para se compreender o papel da educação na formação do professor, enquanto protagonista central para disseminar a educação na escola, em especial a EAD, que tem se expandido significativamente no Brasil, na formação inicial dos professores ou como formação continuada. Para tanto, procuramos discutir de forma sucinta a importância da educação como possibilidade de emancipação.

Conforme pesquisa realizada em 2009, pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), as pessoas com renda familiar abaixo de três salários mínimos, são as que mais se fazem presente no ensino a distância, rompendo com a postura de passividade, pontuada por Freire (1983, p.36), quando ele aponta que a classe popular percebe a educação como veículo de transformações, ou seja, percebem “[...] que outros têm mais facilidade que eles e descobrem que a educação lhes abre uma perspectiva”.

Os dados da pesquisa apontam para a precariedade e as ambiguidades que a escola representa para a zona rural, reconhecendo a sua importância como fator de reelaboração dos saberes da vida rural, referência básica para a socialização e para a compreensão do meio onde vive o homem do campo. Assim, prevalece o entendimento sobre a importância da escola, sem que se neguem as influências estranhas que ela poderá trazer ao universo rural, como bem coloca Freire (1995, p. 96) quando afirma que a educação não pode tudo, mas a prática educativa pode alguma coisa. Este pensamento define a prática educativa em face dos limites a que se submete. No entanto, é notório que a escola pública brasileira não incorporou em suas práticas aspectos humanizadores.

A concepção marxista pensa a emancipação incorporando valores éticos que concebe como prioritário para a humanidade. Neste sentido, a emancipação humana pensada pela educação, deve incorporar os valores de humanização passando pela educação unilateral, dialogando com os grupos populares para ter um alcance em vários segmentos, que compõem o conjunto para a garantia da emancipação, como o jurídico, garantias sociais, entre outros.

Relacionando com as condições sócio-históricas em que vivem os professores, em especial do campo, a EAD tem se constituído, para muitos, como a única forma de adquirir a formação para os futuros professores ou aqueles que exercem a profissão no exercício de construir ou reconstruir os saberes docentes, emergindo um esforço grandioso para a conquista da formação necessária, para a condição como sujeito social.

Nas reflexões marxistas, trazidas por Iasi (2005, p. 185-186), para alcançarmos a emancipação plena, é colocado como possibilidade da própria sociedade assumir o controle da história com consciência, ou seja, “[...] a emancipação humana

exige que os seres humanos assumam o controle consciente de sua existência, superando as medições que impedem a percepção de sua história como fruto de uma ação humana”.

A educação a distância apresenta limitações na formação dos professores, por não ser presencial. São calorosos debates que acontecem sobre as potencialidades e os limites, como o ocorrido na Conferência Nacional de Educação (CONAE), em 2010. O Documento Final da Conferência prevê que a formação inicial deve ocorrer na modalidade presencial, sendo ofertada a modalidade à distância, quando não existirem cursos presenciais.

No entanto, não podemos deixar de visualizar as relevantes características desta modalidade de ensino. Uma destacável intervenção é o papel assumido pela UAB na formação de grande parte dos professores, que sob o financiamento do Estado, transcenderam o controle estatal e imiscuíram-se na sociedade civil, promovendo também a transcendência na formação dos professores por meio dessa modalidade de ensino, abrangendo uma significativa expansão de cursos de licenciatura. Estas instituições públicas assumindo, preponderantemente, a formação dos professores, não podem se omitirem pensar uma educação pública para o campo.

Acreditamos que a educação pode contribuir muito em resgatar experiências educacionais positivas, que surgiram dos movimentos populares e das experiências bem sucedidas, e que enfatizaram a concepção de educação popular como prática social. Germano (2006) adverte que, paralelo à globalização hegemônica, temos que trabalhar em função da globalização contra-hegemônica, que segue uma organização inversa, priorizando a base até o topo. “Tal globalização é constituída por redes e alianças transfronteiriças de movimentos sociais que lutam contra os efeitos da globalização neoliberal e em defesa da emancipação social”, a exemplo o Fórum Social Mundial (FSM). A proposta é de se desprender dos conceitos de educação que já temos em função do trabalho do capital. Colocamos a educação como viés para a emancipação na tentativa de impulsionar e estimular para a vida com plenitude, para a liberdade, que conseqüentemente, implicará em caminhos para o trabalho.

As intervenções sociais parece não ter consenso em detrimento de uma educação plena, as políticas públicas que são desenvolvidas não trazem em suas bases a garantia de consensos sociais mínimos que priorizem cidadania, cultura, melhoria das

condições de vida e escolarização, apesar das lutas internacionais defenderem o reconhecimento da educação plena como direito e para todos, para contentamento das necessidades da população planetária.

Diante do processo que o Brasil se encontra de universalização do atendimento educacional, é preocupante quando o Censo Escolar de 2010 apresenta a existência de 3,8 milhões de crianças e adolescentes com a faixa etária de 4 a 17 anos fora da escola. E os que são responsáveis pela formação desses educandos, muitos se encontram sem a formação adequada para lecionar. De acordo com os dados do levantamento do Todos pela Educação nas escolas urbanas, o número de professores sem curso superior é bem menor. Do total de 1,7 milhão de docentes que trabalham nas cidades, 74% têm diploma de ensino superior. Na área rural, a quantidade cai para 43,8% do total. Nas cidades, 14,8% dos professores das séries finais do fundamental e do ensino médio têm formação inadequada. Os dados do Censo Escolar de 2010, mostram a diferença dos professores sem curso superior da cidade e do campo, sinalizando para a urgência na demanda da mobilização social, e da resposta no executivo, no legislativo e no judiciário, voltado para a especificidade que o campo exige.

É lamentável que a educação em nosso país tenha marcado um cenário desarticulado e distante de propostas emancipatórias, a resistência é grande para mudanças. O modelo que prevalece é de uma escola hegemônica centrada nos eixos capitalistas, visando o lucro e nos índices qualitativos, sem considerar e dar destaque positivo as experiências de educação para a humanização. Portanto o que prevalece é uma escola modeladora, que se distancia dos eixos norteadores que pode potencializar as dimensões emancipadoras humanas. Apesar dos vários aspectos que determinam os limites, predisposição e perspectivas, ficamos diante de expectativas de uma educação emancipatória para o século XXI. Compreendemos a necessidade urgente da reorganização dos movimentos sociais e populares na defesa dos pilares básicos de luta pela efetivação da escola pública, gratuita e para todos, como campo de conquista e direitos, colocado por Arroyo (2004, p. 62). Para ele, “Todo projeto educativo tem que ser um projeto de humanização; isto implica reconhecer a desumanização, ainda que seja uma dolorosa constatação”.

Historicamente, a educação tem contribuído muito com o processo de transformação. Saviani (2008) faz destaque para o período “contra-hegemônico”, que ocorreu nos anos 80, e que contribuiu com tentativas de teorias pedagógicas que dialogassem com a classe dos dominados. Período esse que marcou grandes mobilizações educacionais e contribuiu significativamente no processo educacional brasileiro, na perspectiva da educação humanizadora. O entendimento que temos que a educação pode nortear o processo emancipatório, é de que, ela pode colocar no centro da ação, pedagogicamente, os sujeitos oprimidos.

A escola pensada para além do capital, centrada no trabalho e na humanização. É desta forma que percebemos que a educação irá contribuir para a transformação estrutural. Para tanto, é preciso que a educação tenha, como prioridade, o olhar voltado para os sujeitos oprimidos, que se organize para as necessidades do seu público alvo. A EAD surge como possibilidade de acesso ao ensino superior, com maior flexibilidade de horário, para os sujeitos com maior idade, para os que estão no mercado de trabalho e precisam de formação superior e que não tiveram oportunidade, ou ainda, como opção para a segunda graduação. Precisamos consolidar a educação pública, gratuita, laica, de qualidade social, e democrática. Acreditamos que esse é o plano para a educação emancipadora dos sujeitos oprimidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a política educacional desenvolvida pelos governos nos últimos anos, não podemos deixar de considerar a expansão do ensino superior pela EAD, que tem como prioridade a formação de professores, na expectativa desta ter um impacto positivo nos resultados da educação básica. Neste sentido, voltamos nossa atenção para a formação dos professores da educação básica do campo, que tem acontecido de forma homogeneia, seguindo as mesmas orientações do restante do país. Não percebemos nem uma preocupação maior das políticas públicas com as especificidades própria do campo, como também, não tem sido objeto de pesquisa, por boa parte dos pesquisadores, na área de educação.

No entanto entendemos as especificidades próprias da EAD, elas existem, marcam diferenças e suscitam singularidades de compreensão sobre suas positivities,

limites e efeitos na e para a formação de professores. Trata-se de unir esforços em prol da docência qualificada. Neste contexto, o Sistema UAB, embora ainda tenha desafios a enfrentar na perspectiva de se consolidar como política pública a serviço da democratização e interiorização da educação superior em nosso país, com qualidade socialmente referenciada, tem suas potencialidades como essenciais para a formação de professores do campo.

Nesse entendimento, poucos estudos tem contribuído de forma efetiva para identificar limites e positivities oferecidas pela EAD, especialmente, quando pesquisadas no âmbito do Sistema UAB, com a possibilidade da formação dos professores do campo, sustentada em ideais defensores de uma educação que respeite o repertório cultural do campo, dos sujeitos que tem o campo como seu espaço de vida e permeada pelos elementos da EP. Movidos pelo pensamento de Brandão (1984, p. 72), defendemos que a formação para os professores deve contemplar as concepções da EP, como encaminhamentos para uma educação emancipadora, reflexiva e humanizada.

REFERÊNCIAS

ADORNO. Theodor W. Educação e emancipação. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

ARROYO, CARDART; MOLINA, Apresentação. In: ARROYO, M.G.; CADART, R.S.; MOLINA, M.C. Por uma educação do campo. Petrópolis – RJ: Vozes, 2004. P. 19-63.

BRANDÃO, C. R. O trabalho de saber: cultura camponesa e escola rural. São Paulo: FTD, 1990.

BRASIL. Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CHAUÍ, Marilena. A Universidade pública sob nova perspectiva. In: Revista Brasileira de Educação, n.24, set/out/nov/dez 2003. p. 5-15.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Conscientização: teoria e prática da liberdade. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. Política e educação: ensaios/Paulo Freire – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 1995. – (Coleção questões da nossa época; v. 23).

_____.Educação e mudança. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GERMANO, J. W. Violência epistêmica e injustiça cognitiva na América Latina. Im: Anais 9º Fórum Social Mundial, Belém, 2009.

HADDAD, F. O Plano de Desenvolvimento da Educação. Razões, princípios e programas. Brasília: INEP, 2008.

IASI, Mauro Luís. Ensaio sobre consciência e emancipação. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

LESSA, Sérgio. Marxismo e ética. Revista Crítica Marxista, Campinas, n. 14, 2002. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/D_SLessa.pdf.> Acesso em março de 2013.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Memória da Educação).

SANTOS, J. M. C. T. (Org). Paulo Freire: Teorias e práticas em educação popular – escola pública, inclusão, humanização. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

www.abed.gov.br. Acesso em março de 2013.

www.conae.mec.gov.br. Acesso em março de 2013

www.inep.gov.br. Acesso em abril de 2013.

www.uab.capes.gov.br. Acesso em janeiro de 2013.

www.unesco.org.br. Acesso em março de 2013.